

Sarney dirá que Brasil não lidera os devedores

CARLOS CHAGAS

A assessoria particular do presidente José Sarney começa a reunir idéias para a redação do discurso que ele pronunciará em Nova York, em outubro, quando da abertura da Assembleia Geral da ONU: pretende-se, no Palácio do Planalto, que o pronunciamento seja denso e racional, sem apelos ao emocionalismo ou à demagogia, mas contundente e agudo. Sarney recusa-se a tentar assumir qualquer tipo de liderança latino-americana ou comandar o grupo de países devedores, mas deverá denunciar a impossibilidade de a atual ordem econômica permanecer como está, no mundo capitalista. Retomará a linha do que disse o general João Figueiredo, anos atrás, na mesma tribuna, ainda que não deseje limitar-se à retórica. Aqui talvez repouse a grande diferença das duas peças, o melhor, dos dois governos, quem sabe, até, da duas Repúblicas, a velha e a nova. A proposta será de apresentação de sugestões concretas. De medidas práticas que possam ser discutidas em foro internacional e debatidas especialmente no eixo Brasília-Washington, produzindo efeitos.

O discurso não será econômico, em essência, mas político, e se baseará em constatações de líderes dos países industrializados e desenvolvidos, a começar por Henry Kissinger. Não representamos um risco econômico, mas, no reverso da medalha, seremos um fatal risco político, sem alterações profundas no relacionamento Norte-Sul, pelo menos deste lado do planeta.

Especula-se, ou se sugere, que apenas na oportunidade da fala de seu presidente perante a ONU o Brasil defina as linhas fundamentais da proposta ao FMI e aos credores, ainda que se dirigindo aos representantes dos governos dos países ricos. O impacto de decisões capazes de repercutir politicamente deve ter como meta os governos, antes dos bancos e dos organismos internacionais. Não cabe a um presidente da República a tarefa de conduzir pessoalmente negociações sobre a dívida externa, mas as diretrizes fundamentais do que entendemos como justo e possível serão expostas por José Sarney. Não só os reclamos e as queixas,

mas, em especial, iniciativas práticas. Só depois de outubro sairiam da Capital Federal as missões encarregadas de procurar o FMI e os bancos, chefiadas pelo ministro da Fazenda e pelo presidente do Banco Central.

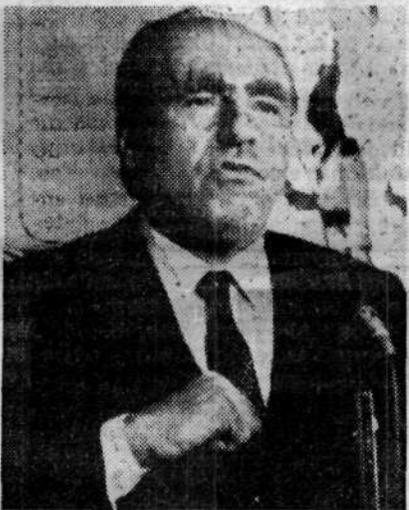
Há uma conotação política interna no gesto idealizado. Se tudo der certo, se o pronunciamento tiver o impacto desejado e, sendo acolhido ou mesmo ignorado lá fora, Sarney retornará ao Brasil com sua popularidade aumentada. Mais ou menos como uma espécie de herói, à maneira do explorador que foi e voltou da toca dos leões. Será, talvez, o momento de ele promover alguns ajustes do Ministério. De não esperar maio de 86, prazo da desincompatibilização dos ministros-candidatos às eleições do ano que vem, para começar a ordenar à sua feição a principal da equipe de auxiliares da administração federal.

Tudo indica que, em maio, pedirão para deixar seus cargos os ministros Olavo Setúbal, das Relações Exteriores (candidato ao governo de São Paulo), Fernando Lyra, da Justiça (candidato ao Congresso ou ao governo de Pernambuco), Afonso Camargo Netto, dos Transportes (candidato ao Congresso ou ao governo do Paraná), Pedro Simon, da Agricultura (candidato ao governo do Rio Grande do Sul), Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações (candidato ao Congresso ou ao governo da Bahia), Aureliano Chaves, das Minas e Energia (candidato ao Congresso ou ao governo de Minas Gerais), Carlos Sant'Ana, da Saúde (candidato ao Congresso), Waldir Pires, da Previdência Social (candidato ao Congresso), Renato Archer, da Ciência e Tecnologia (candidato ao Congresso), Flávio Peixoto, do Desenvolvimento Urbano, (candidato ao Congresso ou ao governo de Goiás), Paulo Lustosa, da Desburocratização (candidato ao Congresso) e Aluísio Alves, da Administração (candidato ao Congresso ou ao governo do Rio Grande do Norte). Estes são os certos, os que já declararam a disposição de não continuar ministros, havendo, ainda, possibilidade quanto a Marco Maciel, Néelson Ribeiro, Aluísio Pimenta, José Hugo Castello Branco, Roberto Gusmão e Almir Pazzianotto. O ministro da Educação poderá ser convocado a voltar ao

Palácio das princesas, assim como os ministros do Trabalho e da Indústria e do Comércio dispõem de chances para pleitear o Palácio dos Bandeirantes. Ou, como os outros, concorrer a uma cadeira de constituinte, exceção de Marco Maciel, cujo mandato de senador vai até 1990.

Se 12 ministros estão decididos a deixar de ser ministros, em data por eles escolhida, e se outros seis pelo menos hesitam, totalizando 18, fica óbvio que o presidente da República está, liminarmente, desobrigado do compromisso de mantê-los até o prazo fatal. Acima e além da lei, que simplesmente já permite nomear e exonerar, situa-se o componente político. Manteve o Ministério escolhido por Tancredo Neves, procura governar com ele, mas, se cada um tratará de si no momento em que bem quiser, sem maiores obrigações para com os compromissos anteriores, por que não ter a recíproca como verdadeira? Por que não aproveitar um instante que se presume de maior ascensão ainda, em termos populares, para corrigir, retificar e ajeitar partes da máquina sob seu comando. O almejado clímax de popularidade e confiança nacionais dará a Sarney a melhor das condições.

Quanto a saber quem será ajeitado, corrigido e retificado, é outra história. Cometeria injustiça o repórter que começasse a fazer listas baseado em pequenos indícios ou simples observações do desempenho administrativo e político de cada um. Quem vai mal hoje poderá estar indo muito bem amanhã, e vice-versa. A ressaltar está o fato de que apenas nove ministros, entre os quais seis militares, não têm planos de disputar as eleições de 1986. São eles o almirante Henrique Sabóia, da Marinha, o general Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, o brigadeiro Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica, o almirante José Maria do Amaral Oliveira, do Estado-Maior das Forças Armadas, o general Bayma Denys, do Gabinete Militar e o general Ivan de Souza Mendes, do SNI, além de Francisco Dornelles, da Fazenda, João Sayad, do Planejamento, e Ronaldo Costa Couto, do Interior. Entre os militares, poderá existir algum (ou mais de um?) que pense em eleições, não nas de 86, mas nas de 88. Essa hipótese, porém, fica para outro dia...



Julio Sanguinetti

A mensagem do presidente aos uruguaios

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney, que depois de amanhã viaja para Montevidéu, onde permanecerá até terça-feira, divulgou ontem mensagem ao povo uruguaio na qual afirma que os dois países "acrescentam agora à sua identidade a reconquista da democracia e da liberdade". É a seguinte a íntegra da mensagem:

"Amigos uruguaios: no dia 12 visitarei o Uruguai, pela primeira viagem que realizo no Exterior como presidente do Brasil. É com imensa satisfação que lhes dirijo estas palavras de amizade e confiança, em meu nome e em nome de todo o povo brasileiro. Os uruguaios ocupam um lugar especial na admiração e no afeto do povo brasileiro. Acompanhamos com interesse e emoção o renascimento da sólida tradição democrática do povo oriental, ao mesmo tempo em que nos lançávamos também à procura de novos caminhos.

Nossos países, irmanados pela história e por valores e aspirações comuns, acrescentam agora à sua identidade a reconquista da democracia e da liberdade. Nossa convergência se aprimora e nossas relações se projetam como um instrumento expressivo na procura comum do desenvolvimento e do bem-estar.

Levarei ao Uruguai uma mensagem de esperança e de fé na integração e na cooperação latino-americanas. Muitos são os desafios que nos são comuns; numerosas as nossas dificuldades. Estamos unidos, entretanto, em torno de valores e aspirações democráticas, com plena participação da sociedade.

Minha visita ao Uruguai, atendendo ao amável convite do presidente Júlio Maria Sanguinetti, tem precisamente o sentido de mostrar a determinação de nossos países em aprimorar os seus caminhos de cooperação e de entendimento. Deixaremos claro o nosso propósito de preservar o desenvolvimento e o crescimento com estabilidade.

Mais do que um encontro entre governos, procuraremos fazer de minha estada em Montevidéu uma festa de confraternização entre brasileiros e uruguaios e um passo concreto no estreitamento de nossa velha amizade, nesta nova era que se abre diante de nossos países.

Muito obrigado."